



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE LAGOS

2023 ■ 2027

**Plano de Desenvolvimento Social
do Concelho de Lagos
2023-2027**

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Lagos 2023-2027

O presente documento consubstancia o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Lagos, elaborado pela equipa técnica da *Associação OFICINA*

Lagos | setembro 2023

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados munícipes,

É com profundo sentido de responsabilidade que apresento o Plano de Desenvolvimento Social do município para o período 2023 - 2027. Este documento representa não apenas um compromisso formal da Rede Social de Lagos para com o bem-estar e a qualidade de vida de todos os habitantes de Lagos. É, também, a expressão concreta da nossa visão para uma comunidade mais próspera, justa, solidária, inclusiva e sustentável.

Lagos é uma cidade repleta de história, cultura e beleza natural, que ao longo dos anos tem atraído pessoas de diversas origens e culturas. O nosso município é um local onde as tradições se fundem com a modernidade, onde a diversidade é celebrada e onde o futuro se encontra com o passado de forma harmoniosa.

Foi, imbuídos deste espírito de união e progresso, que dedicámos os nossos esforços à elaboração do presente Plano de Desenvolvimento Social que tem como objetivo apoiar a definição de estratégias claras e orientadas para enfrentar os desafios sociais com que nos deparamos atualmente e que se preveem para os próximos anos,

aproveitando as oportunidades que o presente e o futuro nos trazem.

A nossa visão assenta na construção de uma sociedade onde todos tenham a oportunidade de prosperar, onde a igualdade de acesso a serviços essenciais, oportunidades de educação, emprego, saúde e bem-estar sejam a norma, pelo que é neste propósito que convido todos os cidadãos a envolverem-se ativamente, a contribuírem com as suas ideias e ações e a trabalharem connosco para um concelho de Lagos cada vez melhor.

Comprometemo-nos a fortalecer a nossa infraestrutura social, a apoiar aqueles que mais precisam e a promover uma cultura de solidariedade e inclusão em todo o concelho.

Ao fazê-lo, continuaremos a fazer de Lagos um local onde todos possam viver, prosperar e sentir-se realizados.

Este é o nosso compromisso convosco, com Lagos e com o futuro que todos nós partilhamos. Juntos, com dedicação e colaboração, construiremos o futuro de todos.

O Presidente da Câmara Municipal de Lagos

Hugo Pereira






ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PROCESSO METODOLÓGICO	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
EIXO I. GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS	10
População idosa	10
Crianças e Jovens	11
Migrantes	12
Pessoas em situação de sem-abrigo	13
Cuidadores informais	14
Pessoas em situação de desemprego	14
Mulheres	15
Vítimas de violência doméstica	15
Famílias em contexto de vulnerabilidade	16
Pessoas com incapacidades e/ou deficiências	17
EIXO II. HABITAR E PARTICIPAR	19
EIXO III. SAÚDE E BEM-ESTAR	21
EIXO IV. SEGURANÇA E PROTEÇÃO	24
EIXO V. DINAMIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LAGOS	26
MODELO DE GOVERNAÇÃO	28
ANEXOS	31
Anexo I. Síntese dos eixos, objetivos, medidas e indicadores de realização e/ou resultados	31
Anexo II. Fóruns Temáticos	32

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento estratégico de definição conjunta para a promoção do desenvolvimento social local. Por um lado, visa reduzir a pobreza e a exclusão social, corrigindo os seus efeitos e, por outro, ambiciona prevenir novos contextos de vulnerabilidade mediante ações de animação das comunidades, estimulando processos de mudança¹.

O **Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Lagos 2023-2027** delimita um cenário futuro para a dimensão social do concelho, contribuindo com soluções para o universo de problemáticas diagnosticadas, numa abordagem sistémica e integrada de parceiros e recursos. É composto por 5 eixos, 34 objetivos e 76 medidas, acompanhadas por um conjunto de 156 indicadores de realização e/ou resultado, segundo o esquema abaixo. Os eixos foram definidos tendo em atenção os temas prioritários para o território, e visam apresentar objetivos e medidas que direcionem as ações das entidades parceiras da Rede Social de Lagos de forma estruturada e coordenada, como pode ser visto no esquema seguinte e mais detalhado no Anexo I.

 Eixo I	 Eixo II	 Eixo III	 Eixo IV	 Eixo V
Grupos Sociais Vulneráveis	Habitar e participar	Saúde e bem-estar	Segurança e proteção	Rede Social de Lagos
10 temas	2 objetivos	3 objetivos	2 objetivos	4 objetivos
23 objetivos	4 medidas	10 medidas	3 medidas	11 medidas
48 medidas				

Eixo I. Grupos Sociais Vulneráveis. Este grupo é considerado um eixo de intervenção, uma vez que abrange populações que enfrentam maior risco de marginalização, discriminação e desvantagem em relação a outros da sociedade. Está representado por 10 temáticas, nomeadamente: i) população idosa, ii) crianças e jovens, iii) migrantes, iv) pessoas em situação de sem-abrigo, v) cuidadores informais, vi) pessoas em situação de desemprego, vii) vítimas de violência doméstica, viii) mulheres, ix) famílias em contexto de vulnerabilidade e x) pessoas com incapacidades e/ou deficiências. Trata-se de um eixo composto por *23 objetivos e 48 medidas*, sendo o grupo de intervenção com maior dimensão no presente plano.

Eixo II. Habitar e participar. Ao assumir este tema como eixo de intervenção, pretende-se incentivar a articulação de esforços de diferentes naturezas, bem como incentivar abordagens multidisciplinares. Tem em conta as problemáticas associadas com a pouca oferta de habitação acessível, mas também com a existência de um amplo parque público municipal a necessitar de

¹ Plano de Desenvolvimento Social/ Programa Rede Social. Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002.

NOTA INTRODUTÓRIA

estímulos à participação e ao envolvimento comunitário. Este eixo é composto por *2 objetivos e 4 medidas*.

Eixo III. Saúde e bem-estar. Este eixo de intervenção é fundamental pela diversidade de situações que agrega, mas, sobretudo, pelo seu potencial de melhorar a qualidade de vida da população, ao nível do bem-estar físico, mental e social. Tem como foco a saúde da comunidade em geral, com especial atenção à saúde mental. Este eixo é composto por *3 objetivos e 10 medidas*.

Eixo IV. Segurança e proteção. Este eixo de intervenção coloca-se como um elemento importante, tendo em conta os resultados do Diagnóstico Social, mas também pelo facto de a segurança e o controlo da criminalidade serem cruciais para a estabilidade, prosperidade e bem-estar de uma sociedade. Este eixo é composto por *2 objetivos e 3 medidas*.

Eixo V. Dinamização da Rede Social de Lagos. Este é um eixo de intervenção transversal aos demais, tendo em conta a sua importância para o pleno funcionamento da Rede e para a implementação bem-sucedida dos instrumentos sociais. Este eixo visa contribuir para capacitar as entidades e potenciar as parcerias. É composto por *4 objetivos e 11 medidas*.

PROCESSO METODOLÓGICO

A metodologia de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social de Lagos** teve em atenção três grupos de informações para recolha de dados de diferentes naturezas, nomeadamente Diagnóstico Social, inquirido por questionário e fóruns temáticos.

O **Diagnóstico Social de Lagos** contribuiu com o fio condutor para a definição dos eixos de intervenção, a partir dos problemas e das necessidades identificados, designadamente, em síntese:

- grupos etários (idosos/as, crianças e jovens),
- grupos específicos (migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, cuidadores informais),
- constrangimentos financeiros (pessoas no desemprego e beneficiários de RSI, habitação),
- desigualdade de género (violência doméstica, mulheres),
- saúde (saúde geral e mental, pessoas com incapacidades ou deficiências),
- estrutura familiar (famílias, incluindo monoparentais) e
- criminalidade e insegurança.

A **Ficha de Contributos** permitiu recolher um conjunto de informações das entidades parceiras da Rede Social de Lagos, ao nível da identificação do(s) grupo(s)-alvo/área e problemas abordados, bem como as respostas sociais, os projetos e as ações em curso, em planeamento ou com candidatura aprovadas.

Os **Fóruns Temáticos** viabilizaram a reflexão conjunta e articulada acerca de áreas prioritárias para o concelho, identificadas a partir dos trabalhos desenvolvidos ao longo do Diagnóstico Social, com base nos resultados obtidos no documento. Os fóruns concentraram-se em quatro áreas – população idosa, crianças e jovens, saúde e pessoas com incapacidades ou deficiências e cuidadores informais (para mais informações, ver o Anexo II).

Para além das fontes de informação citadas, estabeleceu-se ainda um conjunto de indicadores de realização e de resultado, para viabilização da avaliação e monitorização do PDS. O indicador de realização é um parâmetro utilizado para medir produtos gerados pela concretização de determinada atividade numa operação, enquanto o de resultado visa medir os efeitos da mesma. Sempre que possível, foi previsto um indicador de cada tipologia.

Por fim, estes elementos sustentaram a definição dos eixos, objetivos, medidas e indicadores que compõem o PDS de Lagos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Tendo em atenção os problemas e as necessidades identificados no Diagnóstico Social do Concelho de Lagos, apresentam-se a seguir cinco eixos de intervenção considerados prioritários para o Plano de Desenvolvimento Social, nomeadamente: grupos sociais vulneráveis, saúde e bem-estar, habitar e participar, segurança e prevenção e dinamização da Rede Social de Lagos.

Os eixos de intervenção foram definidos com base nas principais problemáticas identificadas anteriormente, articulando cada área temática com um conjunto de objetivos, medidas e indicadores de realização e/ou resultados para avaliação e monitorização.

As tabelas seguintes apresentam uma síntese de cada eixo, retomando brevemente os problemas e as necessidades e os respetivos objetivos.

EIXO DE INTERVENÇÃO I – GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

10 temáticas, 23 objetivos e 48 medidas.

	Problemas/Necessidades	Objetivos
População Idosa	O isolamento social, os baixos rendimentos e as incapacidades físicas e psíquicas são as principais problemáticas que assolam a população idosa. Este contexto exige intervenções para garantir o acesso aos recursos e serviços de apoio, combater o isolamento, exclusão social e pobreza, bem como estabelecer estruturas de proteção contra a violência e o abuso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir o acesso do(a) idoso(a) aos recursos e serviços de apoio adequados. 2. Criar mecanismos de vigilância das situações de dificuldades económicas ou abusos e violência. 3. Desenvolver programas e iniciativas para combater o isolamento social e promover a integração na comunidade.
Crianças e jovens	Aumento das vulnerabilidades associadas às crianças e aos jovens, como violência doméstica, negligência e abandono escolar, exigindo atuar precocemente em contexto familiar, parental, escolar e comunitário. Crescimento significativo de alunos com necessidades de saúde especiais e de nacionalidade estrangeira, que necessitam de	<ol style="list-style-type: none"> 4. Reforçar a capacidade de respostas sociais e diversificar os serviços de apoio. 5. Atuar precocemente em situações de risco. 6. Incentivar o desenvolvimento de competências no ambiente familiar, escolar e comunitário. 7. Promover estratégias de combate ao abandono escolar e de

	apoio especializado e de abordagens integradas de inclusão.	incentivo ao prosseguimento dos estudos. 8. Ampliar os recursos e apoios especializados aos alunos com necessidades de saúde especiais (NSE).
Migrantes	Aumento da vulnerabilidade dos migrantes devido às recorrentes transformações da sociedade, carecendo de apoios, recursos e serviços de diferentes naturezas.	9. Combater a vulnerabilidade da população migrante. 10. Fomentar a integração social.
Pessoas em situação de sem-abrigo	Aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo, que conduz a ampliação de equipamentos, respostas e equipas de apoio.	11. Reforçar as estruturas de apoio destinadas à população em situação de sem-abrigo (PSSA). 12. Desenvolver políticas sociais de reinserção na comunidade e no mercado de trabalho. 13. Monitorizar e prevenir novas situações PSSA.
Cuidadores informais	Cuidadores informais com apoios reduzidos, que demonstra a necessidade de apostar em mecanismos de apoio psicossocial e promover a formação e sensibilização.	14. Garantir apoio e capacitação aos cuidadores informais 15. Divulgar o Estatuto do Cuidador Informal.
Pessoas em situação de desemprego	Taxas de desemprego superiores às nacionais, com forte impacto da sazonalidade, assim como uma tendência de crescimento dos beneficiários de RSI com menos de 25 anos, evidenciando a necessidade para aumentar a empregabilidade.	16. Fomentar a capacitação e (re) inserção no mercado de trabalho.
Violência doméstica	Aumento do número de vítimas de violência doméstica, que destaca a importância de campanhas de consciencialização e prevenção, fortalecimento das redes de apoio e ampliação dos serviços de proteção.	17. Fomentar a prevenção das situações de violência doméstica e o apoio e a proteção das vítimas.
Mulheres	O desemprego atinge particularmente as mulheres, que sofrem ainda com a desigualdade salarial entre géneros,	18. Promover a empregabilidade e uma cultura de igualdade e de não

	evidenciando a necessidade de medidas de reintegração e de combate à discriminação no mercado de trabalho.	discriminação em diferentes contextos.
Famílias em contexto de vulnerabilidade	Aumento do número de famílias monoparentais, com a necessidade de apoio para conciliar a vida familiar e profissional, bem como medidas de combate a discriminação laboral.	19. Garantir o apoio às famílias com menores a cargo. 20. Promover a igualdade e a não discriminação no mercado de trabalho.
Pessoas com incapacidade ou deficiências	Dificuldades mais comuns são motoras e de cognição, e assolam sobretudo as pessoas idosas, carecendo de estruturas de apoio, iniciativas de inclusão e incentivo à autonomia.	21. Reforçar as equipas e estruturas de apoio destinadas às pessoas com incapacidades ou deficiências (PID). 22. Implementar políticas públicas e iniciativas locais de inclusão e acesso aos direitos das PID. 23. Fomentar o respeito à dignidade e autonomia das PID.

EIXO DE INTERVENÇÃO II – HABITAR E PARTICIPAR

2 objetivos e 4 medidas

	Problemas/Necessidades	Objetivos
Habitação pública e privada	Sobrelotação em alojamentos privados com tendência de aumento dos preços das rendas, demonstrando a necessidade de ampliar a habitação acessível. Baixos níveis de escolaridade e de rendimentos entre os moradores do parque habitacional municipal, necessitando intervenções integradas de capacitação e participação.	24. Promover habitação acessível. 25. Fomentar a participação cidadã e a capacitação dos/as moradores/as das habitações sociais.

EIXO DE INTERVENÇÃO III – SAÚDE E BEM-ESTAR

3 objetivos e 10 medidas

	Problemas/Necessidades	Objetivos
Saúde geral e mental	<p>Dificuldades em atrair profissionais de saúde e falta de médicos de família, revelam a necessidade de medidas de atração, fixação e capacitação de novos profissionais.</p> <p>Proporção crescente de consultas de psiquiatria, consumo de substâncias aditivas e taxa de mortalidade por suicídio preocupante, demonstram a necessidade de aumentar a oferta de serviços, equipas e estruturas de apoio.</p>	<p>26. Atrair profissionais de saúde e de áreas correlacionadas e capacitar/qualificar para as especialidades em falta.</p> <p>27. Promover os cuidados preventivos e estilo de vida saudável.</p> <p>28. Ampliar as estruturas e os serviços de apoio à saúde mental e comunitária.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO IV – SEGURANÇA E PROTEÇÃO

2 objetivos e 3 medidas

	Problemas/Necessidades	Objetivos
Criminalidade e (in)segurança	<p>Taxa de criminalidade superior à média nacional, com possível trajetória ascendente de crimes, como o furto de veículos e a violência doméstica, exigindo o reforço do policiamento, da vigilância e das medidas de prevenção.</p>	<p>29. Reforçar o policiamento e a vigilância nas áreas mais críticas.</p> <p>30. Implementar políticas de prevenção e de controlo da criminalidade.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO V – DINAMIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LAGOS

4 objetivos e 11 medidas

	Problemas/Necessidades	Objetivos
Dinamização e Capacitação da Rede Social de Lagos	Conjunto de fragilidades ao nível da articulação e envolvimento das entidades, da composição da Rede, da falta de respostas sociais em determinadas áreas, entre outras carências que evidenciam a necessidade de fomentar as parcerias, promover a capacitação, reorganizar a estrutura da Rede...	<p>31. Apoiar o pleno funcionamento da Rede Social.</p> <p>32. Fomentar relações de partilha e de cooperação entre parceiros, e a participação ativa na Rede Social.</p> <p>33. Capacitar e alargar a rede de parceiros da Rede Social.</p> <p>34. Repensar a organização do CLAS/Lagos.</p>



EIXO DE INTERVENÇÃO I

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

01

EIXO DE INTERVENÇÃO

Grupos sociais vulneráveis

Os grupos sociais vulneráveis são pessoas que, por diversas razões, encontram-se em contexto de fragilidade económica e social, tendo um maior risco de viverem em situação de pobreza e de exclusão. Estes necessitam de medidas de intervenção e acompanhamento específicas às suas necessidades.

Este eixo é composto por **10 temáticas, 23 objetivos e 48 medidas.**

- População idosa
- Crianças e Jovens
- Migrantes
- Pessoas em situação de sem-abrigo
- Cuidadores informais
- Pessoas em situação de desemprego
- Vítimas de violência doméstica
- Mulheres
- Famílias em contexto de vulnerabilidade
- Pessoas com incapacidades e/ou deficiências

A **população idosa** é considerada um grupo social vulnerável por várias razões, que incluem questões relacionadas com a saúde, finanças, isolamento social e discriminação. Esses fatores combinados tornam este público mais suscetível a uma série de problemas e desafios, exigindo atenção e políticas específicas para proteger e melhorar a sua qualidade de vida. Desta forma, propõe-se garantir o acesso aos serviços de saúde adequados, apoio social, proteção legal e respeito aos seus direitos humanos fundamentais, promovendo uma vida saudável, inclusiva e segura. Este tema é composto por **3 objetivos e 7 medidas.**

POPULAÇÃO IDOSA		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
1. Garantir o acesso do(a) idoso(a) aos recursos e serviços de apoio adequados.	1.1. Ampliar a capacidade das respostas sociais destinadas à população sénior.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de respostas sociais criadas/ ampliadas;• N.º de vagas criadas;• N.º de pessoas beneficiárias.
2. Criar mecanismos de vigilância das situações de dificuldades económicas ou abusos e violência.	2.1. Desenvolver mecanismos de acompanhamento, sinalização e encaminhamento de idosos/as em situações de risco.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de mecanismos criados/ ampliados;• N.º de pessoas beneficiárias pelo mecanismo criado, nas diferentes dimensões (acompanhamento, sinalização e encaminhamento);

		<ul style="list-style-type: none"> N.º de entidades envolvidas.
	2.2. Reforçar a disponibilização e divulgação dos apoios de diferentes tipologias à população idosa.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de pessoas beneficiárias; N.º de entidades envolvidas.
3. Desenvolver programas e iniciativas para combater o isolamento social e promover a integração na comunidade.	3.1. Criar/ampliar as atividades de integração e envolvimento da população idosa com a comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades criadas/ ampliadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	3.2. Promover ações de valorização do/a idoso/a em contexto familiar, escolar e comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.
	3.3. Promover ações de informação ao/à idoso/a quanto ao planeamento da vida após a reforma e os serviços/apoios disponíveis.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.
	3.4. Promover o envelhecimento ativo e saudável.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de intervenções realizadas; N.º de pessoas beneficiárias.

A vulnerabilidade das **crianças** e dos **jovens** assenta no facto de estarem numa fase de desenvolvimento frágil e dependente, que os tornam mais suscetíveis à exploração, ao abuso, à violência e à negligência. Neste sentido, os objetivos e medidas visam ampliar as respostas a este grupo, atuar precocemente em contextos de risco, e favorecer o bem-estar e o desenvolvimento saudável em ambientes seguros. Este tema é composto por *5 objetivos e 10 medidas*.

CRIANÇAS E JOVENS		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
4. Reforçar a capacidade de respostas sociais e diversificar os serviços de apoio.	4.1. Ampliar a capacidade das respostas sociais destinadas às crianças e aos jovens.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de respostas sociais criadas/ ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de crianças/jovens beneficiárias.
	4.2. Criar/ampliar equipamentos para oferta de atividades diversas e espaço de convivência.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de equipamentos criados/ ampliados; N.º de crianças/jovens beneficiárias.
5. Atuar precocemente em situações de risco.	5.1. Promover ações de prevenção da violência e negligência contra crianças e jovens em diferentes contextos.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.
	5.2. Desenvolver ações de sensibilização junto dos jovens e dos	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.

	seus familiares para prevenção de comportamentos desviantes.	
6. Incentivar o desenvolvimento de competências no ambiente familiar, escolar e comunitário.	6.1. Realizar ações de sensibilização em contexto escolar sobre temas prioritários, como o <i>bullying</i> , a diversidade cultural, a igualdade de género, entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas; • N.º de entidades envolvidas.
	6.2. Criar/ampliar projetos voltados à promoção de competências parentais.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de projetos criados/ampliados; • N.º de pessoas beneficiárias.
7. Promover estratégias de combate ao abandono escolar e incentivo ao prosseguimento dos estudos.	7.1. Ampliar os projetos de combate ao abandono escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de projetos ampliados; • N.º de crianças/ jovens beneficiárias.
	7.2. Promover ações e atividades voltadas ao desenvolvimento de competências profissionais dos jovens.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações/ atividades realizadas; • N.º e perfil dos jovens beneficiários.
8. Ampliar os recursos e apoios especializados aos alunos com necessidades de saúde especiais (NSE)	8.1. Reforçar as equipas de apoio aos/às alunos/as com NSE com profissionais multidisciplinares.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de novos profissionais; • N.º de alunos/as beneficiários/as;
	8.2. Promover atividades para os/as alunos/as com NSE, inclusive nas pausas letivas.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades realizadas; • N.º de alunos/as beneficiários/as; • N.º de entidades envolvidas.

A **população migrante** enfrenta várias vulnerabilidades devido às mudanças no seu ambiente social, cultural e económico. Essas vulnerabilidades podem variar dependendo do país de origem, do destino da migração, da situação legal e das políticas migratórias adotadas nos territórios de destino. Os objetivos e as medidas propostos visam criar um contexto mais justo e inclusivo, que garantam a proteção dos direitos humanos desta população, proporcionem acesso aos serviços básicos e promovam a integração social e cultural nas comunidades de acolhimento. Este tema é composto por *2 objetivos e 5 medidas*.

MIGRANTES		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
9. Combater a vulnerabilidade da população migrante.	9.1. Desenvolver atividades que visem a redução da vulnerabilidade social e económica da comunidade migrante.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades criadas/ ampliadas; • N.º de pessoas beneficiárias.
	9.2. Estabelecer mecanismos de monitorização e encaminhamento de migrantes em situação de exclusão social.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de mecanismos criados/ ampliados; • N.º de pessoas beneficiárias; • N.º de entidades envolvidas.

10. Fomentar a integração social.	10.1. Criar/ampliar atividades de integração e envolvimento da população migrante com a comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades criadas/ ampliadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	10.2. Promover ações de sensibilização junto à comunidade para a não discriminação e valorização da diversidade cultural.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.
	10.3. Disponibilizar material informativo atualizado e em diferentes idiomas sobre os serviços e recursos existentes.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de materiais elaborados.

A **população em situação de sem-abrigo** enfrenta inúmeros desafios ao nível da segurança, do acesso limitado a serviços básicos, do estigma e discriminação, da saúde mental e dependências, entre outros. Trata-se de um grupo com problemas complexos que requer esforços coordenados e contínuos para proporcionar o suporte e as oportunidades para uma vida mais digna e estável. Para isso, é importante reforçar as estruturas de apoio, investir na reinserção social e no mercado de trabalho e monitorizar os grupos em risco para evitar novas situações. Este tema é composto por *3 objetivos e 4 medidas*.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
11. Reforçar as estruturas de apoio destinadas à população em situação de sem-abrigo (PSSA).	11.1. Ampliar a capacidade das respostas sociais e/ou equipamentos destinados à PSSA.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de respostas sociais/ equipamentos criados/ ampliados; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	11.2. Promover ações de formação especializada e de informação para os técnicos do NPISA e demais entidades com intervenção nesta área.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º e perfil de pessoas/entidades beneficiárias.
12. Desenvolver políticas sociais de reinserção na comunidade e no mercado de trabalho.	12.1. Desenvolver ações de capacitação, educação e formação profissional para as PSSA e para a comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> N.º e perfil das pessoas beneficiárias.
13. Monitorizar e prevenir novas situações PSSA.	13.1. Promover atividades/ações preventivas e de acompanhamento de pessoas/famílias em situação de risco e vulnerabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades/ações realizadas; N.º e perfil das pessoas beneficiárias.

Os **cuidadores informais** tem sido alvo de novas políticas e apoios sociais, de modo a ajudar a ultrapassar dificuldades, como a sobrecarga física e emocional, a falta de tempo livre, a tendência ao isolamento social, a escassez de formação e suporte profissional. Esses desafios demonstram a necessidade de garantir apoio e capacitação a este público, bem como investir na divulgação dos recursos e serviços existentes. Este tema é composto por *2 objetivos e 3 medidas*.

CUIDADORES INFORMAIS		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
14. Garantir apoio e capacitação aos cuidadores informais.	14.1. Aumentar as atividades de apoio psicossocial e de promoção do bem-estar para os cuidadores informais.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades desenvolvidas; N.º de pessoas beneficiárias.
	14.2. Realizar ações sobre direitos e deveres, bem como prestação de cuidados de saúde direcionados a este público.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º e perfil das pessoas beneficiárias.
15. Divulgar o Estatuto do Cuidador Informal.	15.1. Promover ações de divulgação e de esclarecimento acerca do Estatuto do Cuidador Informal.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.

As **peças em situação de desemprego** deparam-se com um contexto de instabilidade financeira e de incerteza acerca do futuro, que afeta na capacidade de suprir as necessidades, até mesmo, as mais básicas, como habitação, saúde e educação. Este contexto aumenta o risco de pobreza e de exclusão social deste público, comprometendo a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida. Assim, é indispensável desenvolver estratégias de (re)inserção no mercado de trabalho, atuando em diferentes modalidades e grupos etários. Este tema é composto por *1 objetivo e 3 medidas*.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
16. Fomentar a capacitação e (re) inserção no mercado de trabalho.	16.1. Incentivar a dinamização de cursos de formação, capacitação e qualificação profissional articulados com as necessidades do mercado de trabalho e os interesses pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de cursos criados/ ampliados; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	16.2. Realizar ações para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º e perfil das pessoas beneficiárias.
	16.3. Criar/ampliar programas de estágios e <i>trainees</i> para jovens em início de carreira.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de programas criados/ ampliados; N.º de pessoas beneficiárias.

As **mulheres** são consideradas um grupo social vulnerável por estarem associadas a um conjunto de problemáticas, por exemplo, a violência de género, a desigualdade salarial e discriminação laboral, a carga desproporcional de trabalho doméstico e cuidados não remunerados, entre outros. Os objetivos propostos visam promover uma cultura de igualdade e de não violência e discriminação em diferentes contextos. Este tema é composto por *1 objetivo e 2 medidas*.

MULHERES		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
17. Promover a empregabilidade e uma cultura de igualdade e de não discriminação em diferentes contextos.	17.1. Promover ações de sensibilização e informação para combater a discriminação de género no âmbito profissional.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.
	17.2. Realizar campanhas de consciencialização e prevenção da violência contra as mulheres em contexto familiar, profissional e escolar.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de campanhas/ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.

A **violência doméstica** é um ato com consequências devastadoras para as vítimas, tanto física quanto emocionalmente, podendo resultar em lesões graves, problemas de saúde mental, baixa autoestima, isolamento social, entre outros. As vítimas não são apenas as pessoas agredidas diretamente, mas também os que estão ao redor, como os filhos. As crianças expostas à violência doméstica podem sofrer traumas emocionais duradouros e replicar padrões de comportamento abusivo nas suas próprias vidas futuras. O desafio é, portanto, investir na prevenção, no apoio e na proteção das vítimas, mediante múltiplas estratégias. Este tema é composto por *1 objetivo e 5 medidas*.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
18. Fomentar a prevenção das situações de violência doméstica e o apoio e a proteção das vítimas.	18.1. Ampliar as respostas de proteção e acolhimento das vítimas de violência doméstica (VVD).	<ul style="list-style-type: none"> N.º de respostas ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	18.2. Realizar campanhas de consciencialização e prevenção da violência doméstica dirigidas a toda a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de campanhas/ações realizadas; N.º de entidades envolvidas.
	18.3. Promover o fortalecimento e a ampliação das redes de apoio e dos serviços às VVD.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de redes/serviços criados/ampliados; N.º de entidades envolvidas.

	18.4. Dinamizar programas de capacitação e qualificação de profissionais multidisciplinares para apoiar a identificação e encaminhamento das VVD.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de programas criados; • N.º e perfil das pessoas beneficiárias.
	18.5. Desenvolver ações de divulgação em diferentes contextos dos serviços de apoio e de aconselhamento psicológico e jurídico existentes.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas; • N.º de entidades envolvidas.

As **famílias**, sobretudo as monoparentais e com filhos menores, apresentam diversas vulnerabilidades associadas com a sobrecarga financeira, os conflitos de tempo, o suporte social limitado, as barreiras no mercado de trabalho, entre outras. As medidas de suporte a esses contextos familiares devem garantir o acesso a serviços, recursos e redes de apoio, bem como promover a igualdade e a não discriminação em diversos setores da comunidade. Este tema é composto por *2 objetivos e 2 medidas*.

FAMÍLIAS EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
19. Garantir o apoio às famílias com menores a cargo.	19.1. Promover medidas de apoio específicas para famílias monoparentais, incluindo flexibilidade de horários de trabalho, acesso a creches e infantários, etc.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas; • N.º de entidades envolvidas.
20. Promover a igualdade e a não discriminação no mercado de trabalho.	20.1. Dinamizar ações e produzir materiais de informação que auxiliem as famílias, sobretudo as monoparentais, na conciliação da vida familiar e profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas; • N.º de materiais produzidos; • N.º de entidades envolvidas.

As **peças com incapacidades e deficiências** enfrentam diariamente desafios ao nível da acessibilidade aos espaços, recursos e serviços, da discriminação e preconceito vinculados às suas limitações, do acesso ao emprego e à educação, bem como outras condicionantes que os tornam um grupo com tendência ao isolamento social e à exclusão. É importante desenvolver medidas que reforcem o apoio a este público, no âmbito dos equipamentos e das equipas multidisciplinares, além de investir em iniciativas de estimulem a inclusão, o respeito e a vida independente. Este tema é composto por *3 objetivos e 7 medidas*.

PESSOAS COM INCAPACIDADES OU DEFICIÊNCIAS		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
21. Reforçar as equipas e estruturas de apoio destinadas às pessoas com incapacidades ou deficiências (PID).	21.1. Ampliar a capacidade das respostas sociais e/ou equipamentos destinados às PID.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de respostas sociais/ equipamentos criados/ ampliados; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	21.2. Reforçar as equipas de apoio do CAVI, CACI e de outras estruturas de suporte às PID.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novos profissionais.
22. Implementar políticas públicas e iniciativas locais de inclusão e acesso aos direitos das PID.	22.1. Aumentar intervenções que incentivem a participação, autonomia e vida ativa das PID em diferentes faixas etárias e contextos.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de intervenções realizadas; N.º de pessoas beneficiárias; N.º de entidades envolvidas.
	22.2. Desenvolver ações de divulgação e de informação acerca dos recursos e serviços existentes para as PID e os meios de acessos.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de pessoas beneficiárias.
	22.3. Criar grupo de apoio/autoajuda e acompanhamento psicossocial para PID e os seus familiares.	<ul style="list-style-type: none"> N.º e perfil das pessoas beneficiárias; N.º de entidades envolvidas.
23. Fomentar o respeito à dignidade e autonomia das PID.	23.1. Realizar ações de sensibilização em diferentes contextos que estimulem o respeito e a inclusão das PID.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações realizadas; N.º de pessoas beneficiárias; N.º de entidades envolvidas.
	23.2. Incentivar intervenções de melhoria da acessibilidade e mobilidade nos espaços públicos e privados.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de intervenções realizadas.



EIXO DE INTERVENÇÃO II

HABITAR E PARTICIPAR

02

EIXO DE INTERVENÇÃO

Habitar e participar

A habitação é um direito humano básico, mas, nos últimos anos, tem-se tornado um bem quase inacessível. A situação do mercado habitacional atual é complexa e desafiadora, e requer esforços articulados entre os órgãos de governança central e local, bem como o setor privado e social. Por outro lado, a habitação pública municipal continua a necessitar de atenção e de investimento, não somente para a ampliação e qualificação do parque, mas também para incentivar novas dinâmicas de comunidade, ao nível da capacitação local e participação cidadã.

Este eixo é composto por [2 objetivos](#) e [4 medidas](#).

Habitação pública e privada		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
24. Promover habitação acessível.	24.1. Disponibilizar habitações a custos acessíveis para arrendamento.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de fogos disponibilizados;• N.º de pessoas beneficiárias.
	24.2. Implementar políticas e programas de apoio que visem minimizar os impactos dos preços elevados dos arrendamentos habitacionais.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de ações realizadas;• N.º de pessoas beneficiárias;
25. Fomentar a participação cidadã e a capacitação dos/as moradores/as das habitações sociais.	25.1. Desenvolver atividades que estimulem o senso de comunidade, a participação coletiva e a auto-organização.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de atividades realizadas;• N.º de pessoas beneficiárias;• N.º de entidades envolvidas.
	25.2. Intervir em iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências sociais e parentais dos moradores.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de iniciativas realizadas;• N.º de pessoas beneficiárias;• N.º de entidades envolvidas.



EIXO DE INTERVENÇÃO III
SAÚDE E BEM-ESTAR

03

EIXO DE INTERVENÇÃO

Saúde e bem-estar

A saúde afeta todas as esferas da vida, incluindo a capacidade de trabalhar, estudar, relacionar-se e desfrutar do lazer. Deve ser pensada numa perspetiva multidimensional que não remete apenas para a ausência de doenças, mas também para um estado de bem-estar físico, mental e social. Neste sentido, o desafio é atrair profissionais da área da saúde e de outras correlacionadas, promover os cuidados preventivos para a comunidade e ampliar as estruturas de apoio.

Este eixo é composto por 3 objetivos e 10 medidas.

Saúde e bem-estar		
Objetivos gerais	Medidas	Indicadores
26. Atrair profissionais de saúde e de áreas correlacionadas e capacitar/qualificar para as especialidades em falta.	26.1. Criar mecanismos de atração e retenção de profissionais de saúde	<ul style="list-style-type: none">N.º de mecanismos criados;N.º de novos profissionais.
	26.2. Reforçar as equipas de saúde mental e comunitária para apoio a diferentes idades.	<ul style="list-style-type: none">N.º de novos profissionais.
	26.3. Promover ações de formação, capacitação e qualificação de profissionais multidisciplinares na área da saúde mental.	<ul style="list-style-type: none">N.º de cursos criados/realizados;N.º e perfil dos profissionais beneficiários.
	26.4. Criar equipa de apoio à 1.ª infância, para acompanhar os cuidadores e os respetivos bebés/crianças até aos 3 anos.	<ul style="list-style-type: none">N.º de equipas criadas;N.º de pessoas beneficiárias;N.º de entidades envolvidas.
27. Promover os cuidados preventivos e estilo de vida saudável.	27.1. Implementar ações de prevenção e consciencialização da população sobre temas diversos, como a saúde mental, as doenças cardiovasculares, a incidência dos tumores, etc.	<ul style="list-style-type: none">N.º de ações realizadas;N.º de entidades envolvidas.
	27.2. Incentivar a adoção de estilo de vida saudável em todas as faixas etárias.	<ul style="list-style-type: none">N.º de ações/atividades realizadas;N.º de entidades envolvidas.
28. Ampliar as estruturas e os serviços de apoio à saúde mental e comunitária	28.1. Criar/ampliar respostas sociais e/ou equipamentos para o acompanhamento, a prevenção e a	<ul style="list-style-type: none">N.º de respostas/equipamentos criados/ampliados;N.º de novas vagas;N.º de pessoas beneficiárias;

	promoção da saúde mental e comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de entidades envolvidas.
	28.2. Estabelecer as consultas descentralizadas de especialidade e de ETET, incluindo vídeo-consulta.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de consultas realizadas; • N.º de pessoas beneficiárias.
	28.3. Ampliar a oferta de serviços na área da saúde mental, como as consultas de psicologia e psiquiatria para diferentes faixas etárias.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de serviços criados/ ampliados; • N.º de pessoas beneficiárias; • N.º de entidades envolvidas.
	28.4. Promover a divulgação e facilitação do acesso aos serviços de apoio imediato na área da saúde mental, como as linhas telefónicas e os grupos de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de pessoas beneficiárias.



EIXO DE INTERVENÇÃO IV

SEGURANÇA E PROTEÇÃO

04

EIXO DE INTERVENÇÃO

Segurança e proteção

A criminalidade tem diversas consequências sociais negativas ao nível da qualidade de vida e do bem-estar da população, além de prejudicar o turismo e os negócios locais. Desta forma, é importante desenvolver medidas que, por um lado, reforcem o policiamento e a vigilância na sua generalidade, mas, sobretudo, numa lógica de proximidade a grupos sociais mais vulneráveis e em potencial risco. Por outro lado, promover a segurança em diferentes contextos e públicos, bem como investir em programas que contribuam para a redução da criminalidade.

Este eixo é composto por **2 objetivos e 3 medidas**.

Segurança e Proteção		
29. Reforçar o policiamento e a vigilância nas áreas mais críticas.	29.1. Ampliar as ações de vigilância em áreas com maior incidência criminal.	<ul style="list-style-type: none">N.º de ações realizadas.
	29.2. Reforçar o policiamento de proximidade, sobretudo no âmbito da violência doméstica e de proteção dos grupos mais vulneráveis e em risco.	<ul style="list-style-type: none">N.º de medidas de reforço realizadas/implementadas.
30. Implementar políticas de prevenção e de controlo da criminalidade.	30.1. Desenvolver ações de promoção da segurança em diferentes contextos, dirigidas a públicos específicos (idosos, crianças...) e comunidade em geral.	<ul style="list-style-type: none">N.º de ações/atividades realizadas;N.º de entidades envolvidas.



EIXO DE INTERVENÇÃO V
DINAMIZAÇÃO DA REDE SOCIAL

05

EIXO DE INTERVENÇÃO

Dinamização da Rede Social de Lagos

A Rede Social do Concelho de Lagos visa articular o setor público, as instituições solidárias e outras entidades que atuam na área da ação social no concelho para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e de exclusão social. A Rede ambiciona promover o desenvolvimento social local mediante um trabalho em parceria. Para isso, é necessário promover diferentes medidas para garantir o seu pleno funcionamento, a capacitação contínua dos seus parceiros, bem como fomentar um ambiente de partilha e cooperação.

Este eixo é composto por 4 objetivos e 11 medidas.

Dinamização e Capacitação da Rede Social de Lagos		
31. Apoiar o pleno funcionamento da Rede Social.	31.1. Criar uma plataforma para otimizar a comunicação e interação entre os parceiros, bem como a divulgação de atividades e informações.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de pessoas/entidades beneficiárias.
	31.2. Estruturar estratégias de divulgação contínua e periódica de programas de apoio, financiamentos, boas práticas e outros materiais relevantes.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de elementos divulgados;• N.º de entidades beneficiárias.
	31.3. Definir anualmente áreas prioritárias de atuação, como habitação, saúde, etc., para orientar projetos, atividades e ações.	<ul style="list-style-type: none">• N.º, tipo e caracterização das temáticas.
	31.4. Desenvolver ações que promovam a articulação entre os diferentes planos estratégicos municipais e regionais.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de ações realizadas;• N.º de entidades envolvidas.
	31.5. Garantir a atualização anual dos instrumentos de planeamento social, como o Diagnóstico Social, o Plano de Ação, etc.	<ul style="list-style-type: none">• N.º e tipologia dos instrumentos atualizados.
32. Fomentar relações de partilha e de cooperação entre parceiros, e a participação ativa na Rede Social.	32.1. Realizar atividades que favoreçam a convivência e a partilha de conhecimento entre os parceiros.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de atividades realizadas;• N.º e perfil das pessoas/ entidades beneficiárias.
	32.2. Incentivar a articulação/parceria entre entidades na promoção de projetos, atividades e ações.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de projetos, ações e/ou atividades desenvolvidos em parceria;

		<ul style="list-style-type: none"> • N.º de entidades envolvidas.
	32.3. Estimular a participação ativa das entidades nas ações promovidas pela Rede Social.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de pessoas/entidades participantes das ações.
33. Capacitar e alargar a rede de parceiros da Rede Social.	33.1. Desenvolver ações de formação, capacitação e qualificação para as entidades parceiras, em diferentes áreas.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas; • N.º e perfil das pessoas/ entidades beneficiárias.
	33.2. Viabilizar a integração de entidades privadas na Rede Social, numa lógica de 'responsabilidade social'.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º e perfil das pessoas/entidades privadas integradas na Rede Social.
34. Repensar a organização do CLAS/Lagos.	34.1. Reestruturar as reuniões, ao nível da frequência, conteúdos e abordagens.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de medidas realizadas com esta finalidade.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

A Rede Social do Concelho de Lagos foi criada em março de 2004, para desenvolver uma cultura de parceria efetiva e dinâmica, promover dinâmicas de planeamento estratégico e garantir uma maior eficiência e eficácia do universo de respostas, projetos e ações de natureza social.

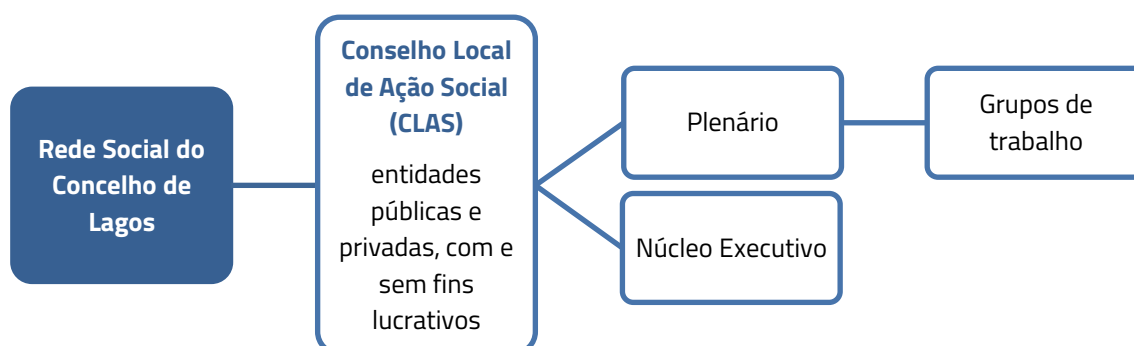
Apresenta-se, em seguida, uma síntese dos principais aspetos da Conselho Local de Ação Social de Lagos e dos seus elementos estruturantes, segundo descrito no Regulamento Interno.

Estrutura operativa

A Rede Social do Concelho de Lagos é composta pelo Conselho Local de Ação Social de Lagos (CLAS/Lagos), constituído em janeiro de 2003, por iniciativa da Câmara Municipal de Lagos. O CLAS/Lagos é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social. É regido por Regulamento Interno aprovado em abril de 2003, registando as últimas alterações em junho de 2014.

O Conselho constitui-se por um conjunto de entidades públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, e está sustentado nos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género. É presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Lagos ou pelo Vereador com a área de Ação Social, sem possibilidade de subdelegação.

O CLAS/Lagos é composto pelo Plenário e pelo Núcleo Executivo, conforme esquema abaixo. Com caráter deliberativo, o Plenário é o meio pelo qual o Conselho funciona, podendo atuar ainda através de grupos de trabalho temáticos, de âmbito setorial ou territorial. O Núcleo Executivo é composto por número ímpar de elementos, não inferior a três e não superior a sete, abrangendo obrigatoriamente representantes da Segurança Social, da Câmara Municipal e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo.

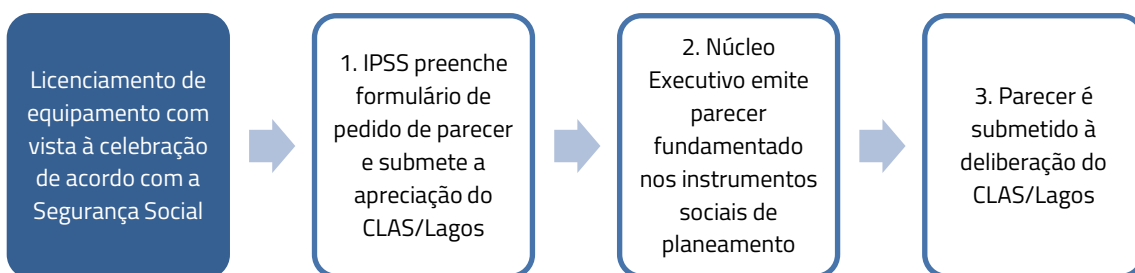


Pareceres

A estrutura competente por elaborar as propostas de parecer é o Núcleo Executivo, devendo ser submetido à validação em Plenário do CLAS/Lagos. Os pareceres são exigidos no âmbito do licenciamento de equipamentos sociais e outros projetos a implementar por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras que pretendam firmar acordos de colaboração com a Segurança Social (SS), bem como para obter financiamento para o desenvolvimento dos seus projetos.

O Núcleo Executivo fundamenta o parecer com base nos instrumentos de planeamento da rede de equipamentos em vigor, e submete ao CLAS/Lagos para deliberação. Este parecer integrará posteriormente o pedido de parecer prévio da necessidade do equipamento para o território, a efetuar aos serviços competentes dos Centros Distritais da área territorial de abrangência, com vista ao licenciamento da construção dos mesmos.

No esquema seguinte é possível observar, em síntese, o processo de solicitação e emissão de pareceres.



Planeamento, avaliação e monitorização

O planeamento e a avaliação da Rede Social de Lagos são essenciais para garantir o pleno funcionamento do CLAS/Lagos e a execução de todas as suas funções, mas também para viabilizar a atualização e implementação dos instrumentos de intervenção social.

“Os procedimentos de avaliação podem fornecer importantes pistas sobre a adequabilidade das orientações de longo prazo estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Social, podendo evidenciar a necessidade de fazer reorientações. É através da avaliação que o CLAS poderá obter informações para poder construir novos planos de ação anuais, intensificando determinados projetos e atividades, corrigindo outros, afetando recursos até aí desconhecidos ou negligenciados, reafetando outros. É ainda, a avaliação que pode fornecer não só, a medida da resposta aos problemas identificados, como importantes indicações sobre novos problemas que a intervenção gerou ou tornou visíveis.”²

A monitorização cuidadosa da Rede Social e dos seus instrumentos promove a eficiência e eficácia das estratégias desenvolvidas e a transparência das ações, favorecendo a adaptação nos

² Plano de Desenvolvimento Social/ Programa Rede Social. Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

contextos de mudança, além de incentivar a responsabilização dos parceiros e a aprendizagem coletiva. De modo geral, contribui para alcançar resultados positivos e sustentáveis em benefício da sociedade na totalidade.

Ao nível do planeamento, o CLAS/Lagos desenvolve um trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, visando planejar estrategicamente a intervenção local, articulando diferentes agentes do território para o desenvolvimento social, através da elaboração e atualização periódica dos instrumentos sociais, nomeadamente o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e os respetivos Planos de Ação (PA) anuais. O objetivo é promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos.

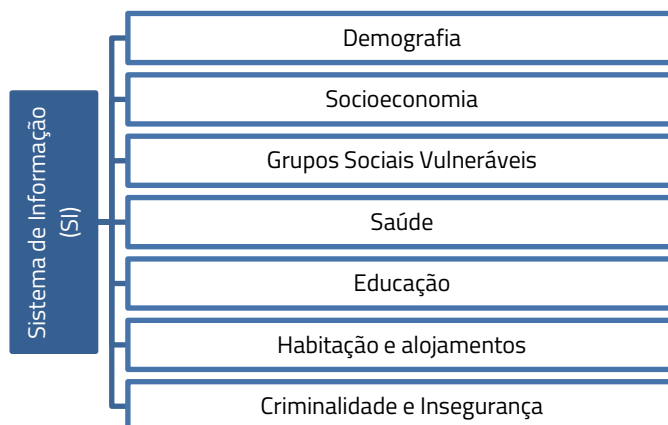
No âmbito da avaliação e monitorização, compete ao Plenário do CLAS avaliar, periodicamente, a execução dos instrumentos de planeamento estratégico de intervenção social local, o grau de cobertura e os programas e projetos em curso e a respetiva eficácia. Ao Núcleo Executivo, cabe acompanhar a execução dos Planos de Ação anuais. Além disso, das entidades parceiras do CLAS/Lagos, espera-se a permanente atualização da base de dados e, sobretudo, a participação ativa nas ações promovidas pela Rede Social.

O PDS de Lagos apresenta um conjunto de indicadores específicos para cada intervenção, que permite a verificação do cumprimento dos objetivos e das medidas propostos por eixo e tema, conforme tabela síntese apresentada no Anexo I.

Sistema de Informação Local e Comunicação

O sistema de informação é uma ferramenta de recolha, armazenamento e processamento de dados acerca da situação social do Concelho de Lagos, que visa servir como base de dados para as ações do CLAS e do Núcleo Executivo, apoiar a atualização do Diagnóstico Social e de outros instrumentos desta natureza, fomentar a circulação de informação entre os parceiros da Rede Social, entre outras finalidades.

O [Sistema de Informação da Rede Social de Lagos](#) é composto por diversas temáticas, tendo em atenção os elementos analisados no Diagnóstico Social, contendo uma variedade de indicadores, como sintetizado a seguir.



ANEXOS

Anexo I. Tabela de síntese dos eixos, objetivos, medidas e indicadores de realização e/ou resultados.

Eixos de Intervenção	Temáticas	Objetivos	Medidas	Indicadores
Eixo 1 Grupos sociais vulneráveis	População idosa	3	7	16
	Crianças e Jovens	5	10	22
	Migrantes	2	5	10
	Pessoas em situação de sem-abrigo	3	4	8
	Cuidadores informais	2	3	6
	Pessoas em situação de desemprego	1	3	7
	Mulheres	1	2	4
	Vítimas de violência doméstica	1	5	11
	Famílias em contexto de vulnerabilidade	2	2	5
	Pessoas com incapacidades e deficiências	3	7	15
Eixo II Habitar e participar	Habitação pública e privada	2	4	10
Eixo III Saúde e bem-estar	Saúde geral e mental	3	10	22
Eixo IV Segurança e proteção	Criminalidade (in)segurança	2	3	4
Eixo V Dinamização da Rede Social de Lagos	Dinamização e Capacitação da Rede Social de Lagos	4	11	16
		34	76	156

Anexo II. Fóruns temáticos

A Rede Social de Lagos organizou 4 debates temáticos, nomeadamente população idosa, crianças e jovens, saúde, e pessoas com incapacidades e deficiências e cuidadores informais, realizados de forma presencial, em dois dias diferentes. A metodologia adotada para as sessões consistiu, num primeiro momento, de apresentação dos resultados da ficha de contributos respondidas pelos parceiros, seguido de um segundo, de debate entre os participantes.

- **Fórum Temático 'População idosa':** 19 de junho, 10h, Centro Cultural de Lagos.
Entidades participantes: Câmara Municipal de Lagos, Centro de Estudos de Lagos – Universidade Sénior, GNR, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, Unidade de Saúde Pública, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, Centro de Saúde.
- **Fórum Temático 'Crianças e Jovens':** 19 de junho, 14h, Centro Cultural de Lagos.
Entidades participantes: Câmara Municipal de Lagos, ACES Barlavento – GASMI e Intervenção Precoce na Infância, Unidade de Saúde Pública, CASLAS, CPCJ, Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Agrupamento de Escolas Gil Eanes, Centro Distrital de Lago, GNR, NECI, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, Centro de Saúde.
- **Fórum Temático 'Saúde e Saúde Mental':** 20 de junho, 10h, Centro Cultural de Lagos.
Entidades participantes: Câmara Municipal de Lagos, CMLagos – Divisão de educação, Juventude e Desporto, ACES Barlavento – GASMI e Intervenção Precoce na Infância, Unidade de Saúde Pública, CASLAS, CPCJ, Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Agrupamento de Escolas Gil Eanes, GNR, NECI, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, Centro de Saúde, ETET Barlavento, APPDA-Algarve, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lagos.
- **Fórum Temático 'Cuidadores Informais e Deficiências':** 20 de junho, 14h, Centro Cultural de Lagos.
Entidades participantes: Câmara Municipal de Lagos, CMLagos – Divisão de educação, Juventude e Desporto, CMLagos – Balcão de Inclusão, ACES Barlavento, NECI, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lagos.